



REFLETINDO SOBRE A HEGEMONIA: RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO EM FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS

Mariana Corrêa de Azevedo¹

Considerações iniciais sobre a família hegemônica²

O que resta da família hoje? Essa é uma questão pertinente ao debate público atual e sociologicamente válida se a pusermos adequadamente invertida. Para compreender qual o significado desta categórica pergunta devemos nos debruçar na história da família na modernidade, a fim de delinir afinal de qual família estamos falando e qual é o sentido deste certo pânico oriundo de esferas sociais diversas, como no caso de alguns educadores ao falar em famílias “desestruturadas” ou de certos psicólogos ao antever seu desaparecimento completo³.

Ao passo que os supostamente novos formatos de família vem à tona, torna-se mais urgente discutir acerca de um modelo tradicional que se coloca em movimento. É a partir desta agenda que se pretende refletir sobre a hegemonia da família conjugal, burguesa, moderna, nuclear, ou quaisquer que sejam os termos que se mobilizem para classificá-la. Afinal, desde a sociologia clássica, o normal e o patológico são categorias que se elucidam mutuamente e não podem ser avaliadas em separado.

Foi deste modo que surgiu o projeto de pesquisa acerca das relações de gênero e geração, circunscrito na cidade de Curitiba, não com a intenção de pensar as representações como típicas e regionais, mas sim de modo mais amplo e generalizável. O recorte da pesquisa é a família “intacta” de classe média, cujos filhos sejam coabitantes. Através desta comunicação pretendemos então abarcar alguns faróis teóricos acerca da família, bem como dar uma noção ainda preliminar de questões que surgem no campo.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e bolsista pela CAPES. Email para contato: mariana@azevedo.com

² Agradeço imensamente a minha orientadora, Professora Dr^a Miriam Adelman, pelas substantivas contribuições ao meu processo de pesquisa e a minha formação pessoal nesta trajetória.

³ Ver, por exemplo, Charles Melman: “Assistimos hoje a um acontecimento que talvez não tenha precedente na história, que é a dissolução do grupo familiar. Pela primeira vez a instituição familiar está desaparecendo, e as consequências são imprevisíveis. Fico surpreso que os sociólogos e antropólogos não se interessem muito por esse fenômeno.” In: MELMAN, Charles. *A psicanálise não promete a felicidade*. São Paulo, 2008. Revista Veja, n.2058, 30 de abril de 2008, entrevista concedida a Ronaldo Soares.



Feminismo e “diferenciação da experiência”

É sabido que a contribuição feminista no debate acerca da família, maternidade e paternidade, traz consigo uma conotação política, de visibilizar a experiência feminina dentro do lar, tomada pelos teóricos funcionalistas que a precedem como um paraíso doméstico sem conflito nem poder. Ao falarmos sobre essas questões seria impensável não passar pelo clássico publicado no início da década de 1980 por pesquisadoras feministas norte-americanas. Thorne (1982) na apresentação desta coletânea sugere uma configuração social similar ao cenário brasileiro hoje. A autora nota como a família emerge como uma questão política nas décadas de 1960 e 70; a dita *family crisis* tem como mote as altas taxas de divórcio, o crescimento do emprego de mulheres casadas e de pais solteiros (especialmente mulheres).

Não é possível postular uma homogeneidade teórico-metodológica na abordagem feminista sobre a família, mas alguns temas centrais podem ser elencados (THORNE: 1982, p.2-3), como se segue. O desafio aos dogmas sobre a família monolítica, baseada na divisão do homem público e da mulher privada; a análise social e histórica da família, decompondo suas estruturas latentes de sexo, gênero e geração (sendo gênero a categoria básica de análise e a maior contribuição feminista para a teoria da família); a exploração da experiência mistificada, como no caso da maternidade, e o evidenciamento de relações de conflito e violência; o questionamento das fronteiras da família e do seu isolamento real ou ilusório, desafiando a dicotomia anteriormente citada. Enfim, alguns temas que embora não resolvidos – que é o que se espera da análise cuidadosa – balizam o trabalho de campo destas pesquisadoras.

No que diz respeito ao conceito monolítico de família, essas feministas criticam a linguagem imutável utilizada para descrever esta unidade, que é ideologicamente construída para criar um mapa funcional de papéis. A família nuclear moderna foi tomada como *A Família*, e esse modelo contém uma chave para a opressão feminina: a exclusão das esferas de poder político e de status. Sua ideologia extravasa a família e mostra através desta lente o lugar adequado da mulher na sociedade. Bourdieu (2009) torna isso evidente em seu trabalho sobre a dominação masculina, partindo da idéia de uma matriz androcêntrica ocidental. Ela opera por decisões infinitesimais, que modelam a escolha de meninas, pela influência de pais e educadores, fundada implicitamente no sentido do que é e do que não é adequado a uma mulher.

Essa família, salienta-se na apresentação que tomamos como referência (THORNE: 1982, p.5), não é tampouco factual. Novos arranjos se evidenciam, assim como no Brasil contemporâneo, como podemos inferir a partir de uma olhada breve nos indicadores sociais domiciliares (IBGE:



2008). Cresce o número de casais sem filhos, de pessoas morando sozinhas, ambos os cônjuges trabalhando, nota-se o adiamento da fecundidade, bem como a maior escolaridade feminina (especialmente entre os universitários). Dados como esses comprovam via estatísticas a falência da família “íntacta” como modelo exposto na realidade social. A questão apontada pelas teóricas feministas é que ainda que essa família não seja tão baseada em fatos e números seu simbolismo dominante oferece riscos para aqueles que não se enquadram no modelo normativo. Foucault (1988) aponta para a sobreposição de um dispositivo da sexualidade a um anterior dispositivo de aliança no alicerce dos controles sociais. O que esse autor nos oferece é uma teoria do poder que não está mais enfatizando o aspecto econômico e funcional da família, mas a utilização destes instrumentos coercitivos, através de um poder envolvente que manipula os corpos e os desejos para uma prática normalizadora. Mas nem Foucault ignora que a rede de poder é permeada pela resistência (FOUCAULT: 1988, p.91), ainda que esta última lhe seja imanente e não externa. Podemos assim pensar nesses arranjos alternativos em termo das disputas judiciais que estão ativas no debate brasileiro (e mundial, certamente), a exemplo dos casos de adoção de crianças por casais de gays ou de lésbicas, opondo-se desde dentro a estas lógicas exclusivas.

Outra questão que se levanta é que de todas as insituições sociais a família é a que parece mais “natural”. De outro modo é como dizer que esse é o único curso de vida possível. Neste contexto, a procriação e a reprodução aparecem como biologicamente fundadas. Freud em sua metapsicologia já inferia sobre como a vida social é um golpe à realização de uma gama muito mais ampla de desejos possíveis, e de como ela está ancorada no princípio de sublimação e no sentimento de culpa (FREUD: 1996). Num outro momento, pós-1968, o teórico norte-americano Jeffrey Weeks (2010) defende uma visão construcionista para a sexualidade, aproximando-se da abordagem foucaultiana do poder. Para este autor trata-se de criar uma oposição sistemática a um “essencialismo” dominante, que toma as propriedades referentes a vida sexual e ao corpo como se fossem movidas por uma verdade interior (WEEKS: 2010, p.43). A abordagem feminista, os arrebatamento freudianos e as “novas” teorias do poder funcionam para desconstruir a “unidade mulher família”, que incidiu na teoria social (como no caso dos funcionalismos de Malinowski e Parsons⁴).

⁴ Para um detalhamento desta questão na antropologia e na sociologia, através de uma leitura de Malinowski e de Parsons, ver o trabalho de COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle; YANAGISAKO, Sylvia. Is there a family? New Anthropological Views. In: THORNE, Barrie; YALON, Marilyn. *Rethinking the Family: Some Feminist Questions*. Nova Iorque: Longman, 1982. pp.25-39.



Chegamos finalmente ao elemento básico da análise feminista: a diferenciação da experiência familiar (THORNE: 1982, p.10 e seguintes). Essas teóricas afirmam que é preciso lançar um olhar sobre as estruturas subliminares de gênero e geração no cotidiano da família. A experiência da mulher foi distorcida, e no contexto da pesquisa a ausência do conflito deve ser tomada como elemento de análise. Para sanar essa mistificação que está presente no discurso dos próprios agentes sociais é preciso elaborar algumas estratégias metodológicas, que serão abordadas mais adiante; por ora podemos dizer que o conflito não transparece tão facilmente numa situação de entrevista e que é quase impensável utilizar o método etnográfico para o objeto famílias urbanas. De todo modo, fazendo uso destas contribuições, podemos afirmar que a família não é um ambiente seguro, cuja ênfase no amor seja indiscutível. Simmel (2006: p.32-33) trabalha esta questão com muita sensibilidade, ao afirmar que o amor individual como o conhecemos não é senão produto de um matrimônio que se fundou na proteção da propriedade privada. Essa relação inverteu-se contudo, fazendo que num momento posterior o amor fosse considerado causa para que homens e mulheres contraissem o casamento. O segredo deste amor está no amor pela posse: “a posse gera o amor da posse” (SIMMEL: 2006, p.39), se a mulher é propriedade do homem em um regime mais estritamente patriarcal, essa condição de sua desvalorização se torna a razão mesma de seu apreço.

Pelo menos desde o século XIX esta versão da mulher mãe está consolidada e oferece uma margem identitária muito estreita para o ser feminino (THORNE: 1982, p.11). A maternidade mistificada é para as feministas mais um instrumento de opressão. Uma visita na história da família, conforme a obra de Ariès (2006), nos permite vislumbrar o quanto este sentimento de família, que envolve afeto entre os membros e cuidados específicos com as crianças, está muito circunscrito na modernidade e fundado na separação das esferas pública e privada. Um dos exemplos mais radicais desta transformação é a tolerância ao infanticídio, não como conduta legal mas praticada em segredo, até o século XVII (ARIÈS: 2006, p.17).

As feministas então resgatam o isolamento e a culpa como frutos da maternidade, como elementos negativos desta fase e que foram sistematicamente silenciados. A historiadora francesa Elisabeth Badinter (1992) se debruça nesta mística do amor materno, também buscando desconstruir esta condição inescapável do feminino, seja como “instinto” ou como idéia tenaz de maternidade. Neste trabalho a autora enfatiza que a personagem mãe deve ser olhada de maneira relativa e tridimensional (BADINTER: 1992, p.23). Ela só existe na relação com o pai e com os filhos, e numa equação com seus desejos e aspirações pessoais, que podem nada ter a ver com o desejo destes outros vértices do triângulo familiar.



Para falar sobre o amor hoje precisamos notar o deslocamento da família tradicional para o que alguns autores chamam de família contemporânea ou pós-moderna, como Roudinesco (2003) ao afirmar que essa família pós anos 1960 “[...] une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual.” (ROUDINESCO: 2003, p.19). Ou para um contexto mais amplo da teoria social, Giddens (2003) com suas noções de sexualidade plástica e relacionamentos puros. Essa noção de uma família atualizada está equacionada com as reivindicações dos movimentos sociais dos anos 1960 – bem como da emergência do feminismo enquanto movimento – e com a aprovação das leis do divórcio no mundo, as quais passam a vigorar no Brasil em meados da década de 1980. De qualquer modo, ainda que se estabeleça uma tendência a relacionamentos mais democráticos, algumas feministas – como no caso de Thorne (1982) – veem o amor como pivô da opressão feminina. Vale ainda relembrar as notas de Bourdieu (2009) sobre o amor: ele não é a causa da dominação do homem sobre a mulher, mas o sintoma desta. Ainda assim é possível colocar em suspensão esta desigualdade, vendo se realizar “[...] o milagre do *desinteresse*, que torna possíveis relações desinstrumentalizadas, geradas pela felicidade de fazer feliz, de encontrar o encantamento no outro, e sobretudo no encantamento que ele suscita, razões inesgotáveis de maravilhar-se.” (BOURDIEU: 2009, p.131, grifo dele). Aqui o autor parece aproximar-se da relação pura giddensiana.

Ainda acerca das representações afetivas de e sobre gênero, o cuidadoso relatório de pesquisa de Castro, Abramovay e Silva (2004) informa que jovens meninos e meninas enxergam de maneira diferenciada as relações sexuais e amorosas, sustentando – nos anos 2000 – que garotos têm um desejo sexual mais forte, que precisa ser realizado de qualquer maneira, enquanto meninas tendem a esperar por uma relação mais estável, onde o parceiro seja confiável para que se possa dar a ele a virgindade como dádiva. As autoras mostram que este discurso relativamente conservador sobre gênero e iniciação sexual é reificado por pais e educadores. Naomi Wolf (1998) aborda a questão da perda da virgindade no contexto pós revolução sexual de maneira mais prosaica, relatando a partir da sua própria experiência (e de entrevistas com amigas de adolescência na cidade de São Francisco) o que a sociedade oferece em termos de informação sobre o corpo, o sexo e o desejo para que as meninas possam passar por esta transição. No balanço geral, sua análise mostra que é como se os jovens fossem jogados a sua própria sorte neste terreno, ao sabor de uma libertação nunca plenamente realizada.

Por fim deste vislumbre teórico voltamos uma vez mais ao trabalho de Thorne (1982) para discutir afinal para quem a família é um refúgio. Essa batalha contra a visão do paraíso doméstico



na década de 1980 (na qual este trabalho foi publicado) pretende evidenciar que para a mulher a casa é um lugar de trabalho e não de descanso e tornar política a questão das tarefas domésticas como *housework politics*. Num contexto contemporâneo podemos citar o trabalho de Hirata e Kergoat (2007), no qual as autoras mapeam os deslocamentos desta questão à luz dos movimentos migratórios de mulheres do Sul para o Norte, que muitas vezes abandonam suas próprias famílias e filhos para tomar conta do lar de mulheres europeias que experimentam um modelo conciliatório de trabalho e reprodução. Mas além de inserir o tema num contexto globalizante, elas salientam a permanência de desigualdades de gênero nesta divisão de tarefas domésticas: “A nosso ver, é preciso questionar, sobretudo, os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade.” (HIRATA; KERGOAT: 2007, p.608).

Tendo em vista todas estas questões que constituem a perspectiva da teoria social e da teoria feminista sobre a família, que não são de modo algum homogêneas em suas particularidades, vejamos como se articulam estes debates na prática da pesquisa.

A pesquisa: a unidade familiar e a abordagem dos psicanalistas

A pesquisa em curso, como dito, visa apreender as representações da família e sobre a família. Tendo se justificado pela investigação interpretativa de um modelo ainda dominante, especialmente em termos simbólicos e pouco em termos factuais, escolhemos como objeto as famílias heterossexuais de camadas médias, cujos cônjuges sejam casados e cujos filhos sejam coabitantes. Optamos por adolescentes na faixa etária de ensino superior, para facilitar as entrevistas bem como as questões éticas (pois entrevistar crianças é muito pouco viável neste contexto temático).

Através do enfoque de questões caras ao feminismo, pretende-se mapear as relações de conflito e poder conjugais e geracionais. Entretanto, como já mencionamos, essa não é uma hipótese fácil de ser observada em situação de entrevista, que é uma situação muito breve e racionalizante. Intenta-se perguntar sobre a trajetória da vida profissional, afetiva e familiar (como as trajetórias individuais são entrecortadas por suas biografias familiares), e sobre a rotina na unidade família, tendo como intenção mapear a rotina da casa e a divisão das tarefas. Atentamos para três elementos chaves: aspectos de permanência da desigualdade (gênero e geração); estratégias de transformação; e o estatuto da família, que aparece ainda como um lugar legítimo de



afetividade e espontaneidade⁵. Não podemos ignorar as lógicas do senso comum de que a família “é tudo”, ou é “o porto seguro”, mas sim interpretá-las à luz das teorias disponíveis.

Como uma forma de amenizar o silenciamento do conflito nesta esfera, a pesquisa também envolve entrevistas de cunho mais teórico com uma segunda amostra de psicanalistas de longa prática; os quais podem informar sobre suas concepções da vida familiar em seu trabalho clínico. A sua prática também poderá render noções de mudança e permanência nas últimas duas ou três décadas. Nos aproximamos da psicanálise com uma dupla abordagem: como *locus* da subjetividade contemporânea (num contexto específico de classe, evidentemente) e como corpo teórico sobre estas relações entre os sujeito, especialmente na esfera doméstica.

Alguns esboços acerca das representações sobre família e subjetividade

Em nossa primeira entrevista surgiu algo digno de ser notado, que é a existência de grupos de apoio ao casamento, que estão de alguma maneira vinculados aos valores cristãos, mas não como grupos estrito senso religiosos. Um destes grupos, que é ativo em Curitiba há mais de trinta anos (e também sediado em algumas outras cidades brasileiras), é o CIVC – Curso Intensivo Vivencial do Casamento. De acordo com nossa entrevistada A, professora, 45 anos, mãe de uma filha adolescente:

Somos um casal que temos dificuldades, claro que temos, como todo o casal. Mas hoje sim eu diria que o CIVC é uma bateria. Quatro vezes ao ano a gente para, pra ir lá, botar o casamento na tomada e carregar. Porque daí você passa um final de semana falando como é importante amar, e ser feliz e fazer o bem e entender o outro. Então é inviável você voltar pra casa, acontece um fato, você não respeitar.

Este tipo de organização, considerada pela entrevistada A como uma “bateria” para o casamento, parece oferecer material importante para nossa pesquisa – onde além de entender os rituais neste tipo específico de família – “intacta” ou hegemônica –, também antevemos a possibilidade de trabalhar mais largamente com o significado desta instituição na atualidade. Neste caso particular, o CIVC foi procurado após um momento difícil para o casal, no qual a mulher pensava em se separar devido a um problema relacionado ao hábito de bebida do marido. Neste contexto de vislumbre do divórcio, o curso foi uma saída para um reencontro com valores como o amor e a relação com o outro, redesenhando as subjetividades em nome da manutenção do matrimônio então saturado.

⁵ Cláudia Fonseca apresentando um dossiê sobre a família, bastante similar ao trabalho de Thorne (1982) e tomando-o como referência, nota que “‘A família’ não deixa de ser apreciada enquanto um valor de importância crucial para muitas pessoas. Porém fica acordado que usar essa ‘categoria nativa’ como termo analítico encerra certo perigo.” FONSECA, Cláudia. *De família, reprodução e parentesco: algumas considerações*. Cadernos Pagu, Campinas, n.29, pp.9-35, dez. 2007.



Na relação com os filhos, a sexualidade aparece como um momento privilegiado de observação das tensões e resoluções familiares. Ainda seguindo a fala de nossa entrevistada A,

Antes de ser a sua amiga eu sou sua mãe. Porque o relacionamento que você tem com uma amiga não é o relacionamento que você tem com a mãe. Pra amiga você diz “ai, transei com meu namorado.” Pra mãe não precisa dizer. Basta dizer, “mãe, estou transando. O que eu faço?” Basta a mãe dizer: “se cuide, vamos ao médico”. Mostro o que é certo, mostro o que é errado. Faço a minha função, encaminho a coisa. Faço acontecer a situação de pílula, de remédio. [...] A mãe tem que mostrar o que é certo e o que é errado. Desde pequena eu sempre usei essa frase: eu sou sua amiga, mas antes de ser sua amiga eu sou sua mãe. Portanto eu exijo respeito. Aqui na minha casa as coisas são assim.

A iniciação sexual da filha aos 19 anos, hoje universitária com 21 anos, gera na mãe um sentimento imediato de perda – como algo que não se pode mais controlar sobre todos os aspectos. A mãe é a primeira a ser notificada neste caso, e após o acompanhamento médico, ambas contam ao pai sobre o acontecido. É de se notar que o pai aparece num papel coadjuvante, gerando uma mistura de medo e sentimento de incompreensão (até porque a filha é uma mulher), uma vez que um dos primeiros pedidos dela nesta data foi para que “não contasse para o pai”.

No caso da analista entrevistada (B) notamos uma chave de entendimento do mundo que está bastante fixada nas categorias psicanalíticas. Os motivos da entrada na clínica, deste lamento sobre o divã, estão associados à condição de solidão e à condição de encontrar um parceiro, mas isso demanda esforços e sofrimentos correlatos. Essa solidão, como algo inescapável da vida moderna, vem no discurso da psicanalista assim representada:

Eu acho que é sempre um debate, uma questão em relação à solidão. Eu acho que se dá pra eleger aí uma questão intrínseca ao sofrimento é a solidão. E o esforço que a vida exige. Então não tem fórmula, falar assim parece algo extremamente simples, genérico. Mas cada um sabe aonde isso lhe afeta. Essas condições do desamparo, do desamoramento, do estar só. Dessa condição que é a mais condicional da vida. Não há outra forma a não ser essa. Então se associar, estar junto de, exige um desfrute, exige que se pague uma moeda, uma cota de gozo às vezes insuportável. Gozar com o outro é de fato o que nos causa sofrimento.

A grande demanda da clínica é “quero ser amado”. Para homens e mulheres um grande amor é uma promessa de felicidade, que remete a completude sugerida pela ideologia do amor romântico (certamente nunca realizada). Cabe ao analista inferir a partir de uma “retificação subjetiva” que a busca é o motor, que os objetos não são nunca fixados. De todo modo, é esta insatisfação que conduz as pessoas a procurarem uma terapia.

Com relação às diferenças subjetivas de homens e mulheres, a entrevistada B sugere que há sensivelmente menos homens procurando a clínica, muito geralmente após a separação. Neste momento os homens se perguntam o que fizeram de errado e pedem ajuda profissional. No caso de mulheres a questão parece estar ligada com o “ser fálica”, ser mais sedutora, mais interessante. As questões sobre sexualidade também estão diferentemente representadas na clínica: homens tendem a questionar sobre sua performance de modo mais direto, em geral nestes momentos após o



divórcio. B acaba por sugerir, se exageramos um pouco, que não existem homens casados na clínica.

Com relação à paternidade,

Difícilmente um homem busca análise pra resolver problema de filhos. Essa questão é muito mais do âmbito da mulher, da condição de ser mãe, do que ser pai. Parece que a paternidade tem uma pouca exigência. As mulheres de fato sofrem com a condição... Claro que eu estou falando isso muito genericamente. Mas para os homens parece que a paternidade não traz tantas questões assim. Talvez até por essa incidência menor de busca.

Somando esta fala com a fala de A, de forma muito incipiente se levarmos em conta nossa amostra ainda muito reduzida, a maternidade continua sendo um pesar feminino e apenas mais uma questão masculina. Essas diferenças se mostram nos níveis de confiança entre pais e filhos, que posteriormente poderemos inserir numa dimensão de gênero entre os adolescentes (diferenças entre filhos e filhas). É também preciso reafirmar que se a família não pode ser tomada como categoria nativa – até porque hoje falamos de famílias no plural –, também o discurso e as representações dos psicanalistas devem ser deslocados de sua condição nativa e inseridos numa problematização mais ampla acerca destas categorias.

Estas são apenas algumas das questões possíveis para refletirmos a hegemonia da família normativa. Com o desenrolar da pesquisa é que elas poderão ser aprofundadas e devidamente analisadas, de acordo com os três eixos sugeridos anteriormente: permanências, estratégias e estatuto da família.

Bibliografia

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernardete. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, Sigmund. Mal-Estar na Civilização. In: *Edição Standart Brasileira da Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Volume XXI, pp.66-148.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: UNESP, 2003.



HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, vol. 37, n. 132, pp.595-609, dez. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28/07/ 2010.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais* - 2008. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233>. Acesso em: 09/06/2010.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SIMMEL, Georg. Sobre a Sociologia da Família. In: *Filosofia do Amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pp.19-40.

THORNE, Barrie. Feminist Rethinking of the Family: An Overview. In: THORNE, Barrie; YALON, Marilyn. *Rethinking the Family: Some Feminist Questions*. Nova Iorque: Longman, 1982. pp.1-24.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. pp.35-82.

WOLF, Naomi. *Promiscuidades: a luta secreta para ser mulher*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.